

MPF entra na Justiça contra pavimentação de BR-429 em Rondônia

O Ministério Público Federal entrou com uma Ação Civil Pública na Justiça Federal para pedir a paralisação imediata da pavimentação da BR-429, em Rondônia. De acordo com o órgão, as obras podem dizimar os povos indígenas Yvyraparakwara, Jurureí e outras etnias que vivem na região.

De acordo com o MPF, a pavimentação de 291 quilômetros da BR-429 não cumpriu as leis de licenciamento ambiental, nem levou em conta os impactos que a obra causará na região e aos índios. Em ação, o órgão pede a paralisação da obra por parte do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) e fiscalização urgente pelo Ibama.

A BR-429 dá acesso à fronteira com a Bolívia e abrange os municípios Alvorada D'Oeste, São Miguel do Guaporé, Seringueiras, São Francisco do Guaporé e Costa Marques. A rodovia passa perto de áreas de conservação federais (Parque Nacional de Pacaás Novos e Reserva Biológica do Guaporé) e terras indígenas demarcadas (Uru-Eu-Wau-Wau, Rio Branco e Massaco) e corta territórios a serem demarcados para os índios Poruborá e Miguelenos, além de áreas de etnias de índios isolados.

Para o MPF, a pavimentação vai intensificar o acesso clandestino e a exploração dos recursos naturais na região, além de causar confrontos entre ocupantes e invasores. Na ação, o MPF argumenta que a terra indígena Uru Eu Wau Wau é área de conservação da fauna da região, abrigando a maioria de espécies nativas de mamíferos de médio e grande porte, além de ter sítios pré-históricos com dezenas de cavernas e pinturas rupestres, que nunca foram estudadas. A área é onde nasce a maioria dos principais rios que banham o estado de Rondônia e possui grande biodiversidade em quantidade de espécies de fauna e flora.

O órgão também cita a terra indígena Massaco, habitada exclusivamente por índios isolados da etnia provável Sirionó. Por denunciarem desmatadores ao Ibama, estes índios estão sendo ameaçados de morte por fazendeiros. “Evidentemente a pavimentação da rodovia, que por sinal intercepta diretamente tal área, incrementará tais situações de conflito”, argumenta o procurador da República Daniel Fontenele, na Ação Civil Pública. A pavimentação da BR-429 também afetará diretamente os índios isolados Jurureí, com “provável aumento dos atropelamentos na rodovia, alto risco de contato espontâneo com segmentos da população regional”. *Com informações da Assessoria de Imprensa do Ministério Público Federal em Rondônia.*

Date Created

01/10/2009